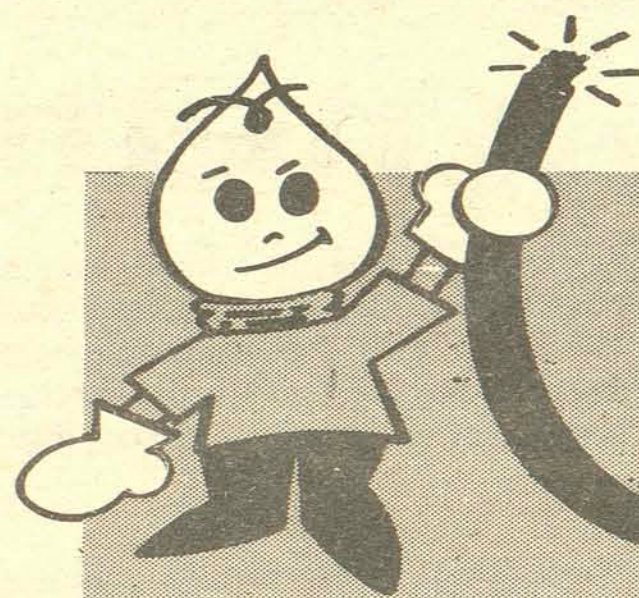




Intersindical dos Eletricitários SC

SETOR ELÉTRICO
VIOLÊNCIA
As punições continuam

18/10/90 N° 112

Recomeça a negociação Mobilização vai decidir

As negociações entre a Intersindical e a Celesc estão reiniciando. No dia 11, quinta-feira, houve uma reunião entre os sindicatos e o Diretor Administrativo, Ademar Simon, que não foi propriamente uma negociação, mas uma preliminar para o que aconteceu ontem, dia 17: uma reunião de negociação mesmo. Só que o *Linha Viva* foi "fechado" antes que pudéssemos apurar o resultado da discussão.

Simon disse que seus assessores estavam fazendo um curso e por isso não poderia haver negociação, mas discutiu duas questões importantes que devem ser negociadas: reajuste salarial e triênio. Só que as perspectivas não são boas para os celesquianos. O Diretor falou que a Empresa "atravessa uma má situação financeira" e que vai ser difícil "conceder um bom reajuste". Isso, nas entrelinhas, quer dizer que é possível que a proposta da Celesc seja a aplicação da Medida Provisória 219, que daria um reajuste de 1,24%, ou a sua aplicação de maio a setembro, que daria cerca

Cláusulas econômicas começam a ser negociadas na Celesc, mas perspectivas são de uma proposta insuficiente. Hoje reajuste necessário para recompor o poder de compra do ano passado é de 90%.

de 9,6%.

Mas é bom que se tenha claro que com um reajuste nestes patamares, e considerando-se uma inflação mensal de cerca de 14%, em janeiro de 91 os celesquianos vão necessitar de um reajuste de 50% para recuperar o salário de outubro de 90. Isso porque não há política salarial.

Sobre o triênio, Simon disse que a Celesc não tem condições de concedê-lo em função do impacto sobre a folha de pagamento causado pelo Plano Gerencial e pela terceira etapa do Plano de Carreira, o Plano 3. A Intersindical contra-

atacou sugerindo uma negociação que aplique o triênio daqui a alguns meses, para fugir do impacto imediato.

Mas na verdade o que está preocupando a Intersindical é a apatia da categoria. "Está havendo uma falta de interesse impressionante", lamenta Aramis Novaes, presidente do Sindicato dos Eletricitários do Norte do Estado. Ela adverte que "nós vamos fechar um acordo do tamanho da mobilização da categoria, as conquistas vão depender de pressão em cada local de trabalho para que se reflitam nas negociações de forma favorável aos empregados".

RETALIAÇÃO

Eletrosul continua sua "cruzada" com mais 66 punições

A violência não só continua. Ela agora se estende vigorosamente com o anúncio de mais punições no setor elétrico. Até o fechamento desta edição, dia 16, já havia sido confirmada a punição de mais 66 empregados da Eletrosul e a demissão de seis diretores do Sindicato dos Eletricitários do Espírito Santo.

"Para eles a greve não terminou", por isso, na opinião de Mauro Passos, coordenador da Intersindical do Sul do País, as Empresas não estão interessadas em buscar a volta da normalidade. Longo disse, a Eletrosul dessa vez resolveu punir empregados da área de operação dos quatro Estados do Sul, com suspensões de 10 dias e advertências. A Intersindical não esperava que nada disso fosse acontecer antes que a questão das punições fosse rediscutida na reunião da diretoria colegiada. Mas, o presidente não cumpriu o compromisso feito numa reunião com a Aprosul — Associação dos Profissionais da Eletrosul, no dia 11 e novas punições ocorreram.

Os Sindicatos já enviaram correspondência, realizaram reuniões com o Diretor Administrativo e com o presidente, por fim as entidades ficaram sabendo que o governo havia solicitado informações sobre as punições. Isso ocorreu devido ao posicionamento firme do presidente da CUT, que impõe como uma das condições da participação da Central no "entendimento Nacional" a revogação das demissões e suspensões dos eletricitários que participaram da última greve nacional da categoria.

A categoria por sua vez segue indignada. Pela solidariedade demonstrada com os primeiros punidos tudo indica que não vai se conseguir alcançar o grande objetivo das punições — liquidar com a organização dos eletricitários, e com o exercício do legítimo direito de fazer greve.

Governo não recebe grevistas

Na manhã do dia 16, os servidores contaram com a intermediação de três deputados — Iraí Zílio, Luci Choinaski e Lúcio Knop, que foram até o governador pedir início das negociações. À tarde foi a vez do secre-

tário da Casa Civil, Altair de Marco, procurar Casildo com o mesmo intento. Nos quase 30 dias que os servidores públicos estaduais estão em greve muitos esforços como este foram tentados e, durante esse tem-

po, o governo não avançou em nada da proposta de reajuste médio de 15%, feito antes da deflagração da paralisação. Houve sim um retrocesso, com o anúncio do reajuste zero oito semana passada. Dia 17, eles realizaram uma assembléia estadual na passarela do samba, para avaliação do movimento.

Nessa avaliação deve contar muito o desconto sem critério dos dias parados aplicado a quase todos os servidores paralisados. O desconto não apareceu nos olerites, foi realizado diretamente no Besc, variando de caso a caso.

De positivo, os servidores têm a reabertura de negociações em torno do estatuto da categoria e do Plano de Cargos e Salários. O primeiro deve ser aprovado em breve e implantado no próximo governo. Quanto ao PCS, os servidores ainda querem alterar alguns pontos. Entre eles, o enquadramento de servidores, merendeiras e vigias dos estabelecimentos de ensino, no Plano dos Servidores. São cerca de 3.500 em todo estado.



Acampados em frente ao Palácio, servidores querem negociar

Negociação começa hoje

Hoje, dia 18 deve acontecer a primeira rodada de negociações entre o Comando Nacional dos Eletricitários e a Eletrobrás (acompanhada de representantes das empresas regionais). Esta reunião que acontecerá no Rio de Janeiro foi programada em outro encontro ocorrido no dia 10.

A Eletrobrás comprometeu-se a

apresentar uma contraproposta às reivindicações. O Comando Nacional dos Eletricitários vai realizar uma reunião antes da negociação para discutir detalhes das reivindicações.

Enquanto isso, em todo o país aumentam as punições em função da greve nacional realizada em agosto.

CELESC

Intersindical questiona GAM

Na reunião que teve com o Diretor Administrativo da Celesc, Ademir Simon, a Intersindical questionou o fato de que há boatos na Empresa de que a GAM — Gratificação de Ajuste de Mercado seria incorporada aos salários dos beneficiados. O Diretor disse que isso pode ocorrer em alguns casos, uma vez que a Gratificação é aplicada caso a caso. Os sindicalistas manifestaram sua contrariedade, qualificando como “vergonhosa” a existência do benefício. “Não há porque haver um ajuste de mercado uma vez que já foi implantado o Plano de Carreira, que se baseia em pesquisa de mercado”, argumentou Arno Cugnier, diretor do Sinergia.

A Intersindical também falou de sua preocupação com relação a co-

mentários que davam conta de que haveria uma série de efetivações de empregados contratados por tempo determinado como assessoria. Simon garantiu que isso não vai ocorrer e que só haverá o suprimento de cargos vagos, conforme determina o Plano de Carreira.

Os sindicalistas repudiaram na reunião a existência de um Plano Gerencial, que é uma espécie de plano de carreira específico para as chefias. “Chefia é uma contingência e não uma situação perene, portanto tudo deve ser regido pelo Plano de Carreira, desde o eletricista até o chefe, não há razão para esta discriminação”, contestou Isaltino Pedron, Presidente do Sindicato dos Eletricitários do Vale do Itajaí.

JORNALISTAS

Empresas não cumprem dissídio

Os jornalistas de Santa Catarina estão realizando uma série de mobilizações pelo cumprimento do dissídio coletivo da categoria, que tem data-base em maio. Isso porque as empresas de comunicação deveriam estar cumprindo a sentença do TRT — Tribunal Regional do Trabalho, apesar do TST — Tribunal Superior do Trabalho — ter concedido efeito suspensivo nas principais cláusulas (reajuste de 175%, garantia no emprego, representação dos jornalistas que trabalham em rádio e TV, entre outras...). Em Assembléia, os jornalistas resolveram desgastar a imagem dessas empresas e denunciar a situação dos profissionais da imprensa. Uma mensagem do sindicato, de 34 segundos, foi veiculada durante os programas eleitorais da Frente Popular e no espaço do candidato Wilson Souza (PSDB). Também entraram diversas vezes cartazes nas transmissões ao vivo da RBS e TV Barriga Verde, uma espécie de protesto “pirata”.

Logo após os primeiros sucessos da tática de entrar ao vivo, principalmente nas transmissões da RBS, que tem

maior audiência, os jornalistas se despararam com um sério obstáculo — “a força paramilitar da RBS”. O boletim dos jornalistas assim denomina o grupo de 10 agentes de segurança de uma empresa privada, comandados por ex-policia gaúcho de codinome “Dinho”, que passou a agredir os jornalistas que reivindicavam a reposição dos 175% de defasagem salarial.

“Os agentes da RBS, usando credenciais falsas de operadores de TV, agrediram jornalistas durante a cobertura da apuração das eleições nos ginásios da UFSC e Astel, em Florianópolis, no dia 3 de outubro. Este trecho faz parte de uma nota que o Sindicato dos Jornalistas vem tentando publicar no jornal “O Estado”. A direção da empresa vetou a matéria, alegando discórdância “com o conteúdo”. A publicação está sendo tentada pela via judicial.

Por causa da “pirataria” que se estendeu à Oktoberfest, três jornalistas foram punidos nos jornais “O Estado” e “A Notícia”. O piso salarial de jornalistas que está sendo praticado é de cerca de 23 mil cruzeiros.

POLÍTICA AGRÍCOLA

Collor nem fala em reforma agrária

Francisco Menezes
Pesquisador do IBASE

Após sucessivos adiamentos, foi divulgado, no dia 15 de agosto último, o pacote agrícola. À semelhança da política industrial anunciada um mês antes, a política agrícola também foi chamada de “nova”, a palavra preferida do “marketing” político do governo Collor. Mas o que traz de novo este pacote? para entendê-lo é preciso distinguir as medidas que são voltadas de forma específica para a realização da safra 1990/91 e aquelas que, embora aplicadas desde já, delineiam uma estratégia de prazo mais longo do atual governo.

A safra de verão 1990/91, que já está sendo plantada, receberá um aporte de recursos para seu custeio de aproximadamente Cr\$ 350 bilhões. O governo deu grande destaque ao volume de recursos prometido, como que buscando reverter um quadro de pessimismo que paira sobre a atividade rural, que encerrou a safra de 1989/90 com uma quebra de 10 a 15% sobre o total de 71 milhões de toneladas de grãos colhidos na temporada retrasada. Entretanto estes 350 bilhões, agora anunciados, representam o mesmo valor, em termos reais, do financiamento dado ao setor agrícola no ano passado. As incertezas tornam-se maiores pelo fato de que, deste total, Cr\$ 112 bilhões correspondem a retornos de empréstimos da poupança rural do Banco do Brasil, que somente serão liberados integralmente se os agricultores pagarem suas dívidas com o Banco, hoje estimada em Cr\$ 74 bilhões. Outro aspecto ressaltado pelo governo é a reclassificação dos produtores, para efeito de concessão de crédito rural, o que possibilitaria a extensão do financia-

O governo anunciou uma nova política agrícola destinada a privilegiar os grandes produtores mas deixou intocado o velho problema da reforma agrária e dos agricultores sem terra. Diante disto, tudo indica que os conflitos no campo, que multiplicaram-se desde os anos 70, poderão se ampliar ainda mais.

mento com juros menores para um maior número de produtores. O exame do quadro que especifica a destinação do total de recursos indica, porém, que aos mini e pequenos produtores foram destinados Cr\$ 75 bilhões; aos médios produtores, Cr\$ 89 bilhões e aos grandes Cr\$ 135 bilhões. Aprofunda-se assim, a distorção gerada pelo fato de que produtores em melhores condições de dispor de recursos próprios para o plantio, tenham sido beneficiados com o maior volume de recursos oficiais.

Também foi anunciado com grande ênfase o estímulo à produção de alimentos básicos, através da dotação de um maior volume de crédito para estas lavouras e a definição de preços mínimos em níveis próximos aos praticados no mercado. A preocupação do governo, neste particular, é tentar evitar os efeitos inflacionários que uma frustração

na verticalização da produção agrícola. Ou, em outras palavras, busca-se fomentar a criação de agroindústrias processadoras, principalmente na região Centro Oeste. Neste ponto parece haver um equívoco, pois a inviabilidade econômica da produção no Centro Oeste está ligada aos altos custos de transporte até os grandes mercados consumidores.

Foram também reduzidas as alíquotas de importação para insumos (sementes, fertilizantes, e agrotóxicos), máquinas e equipamentos agropecuários, com a finalidade de aumentar o uso das técnicas chamadas “modernas”. É principalmente através destes dois aspectos - os incentivos à implantação de agroindústrias e o incremento no uso dos recursos técnicos considerados mais avançados - que o governo quer fazer crer que sua política agrícola é “nova” e “modernizante”.

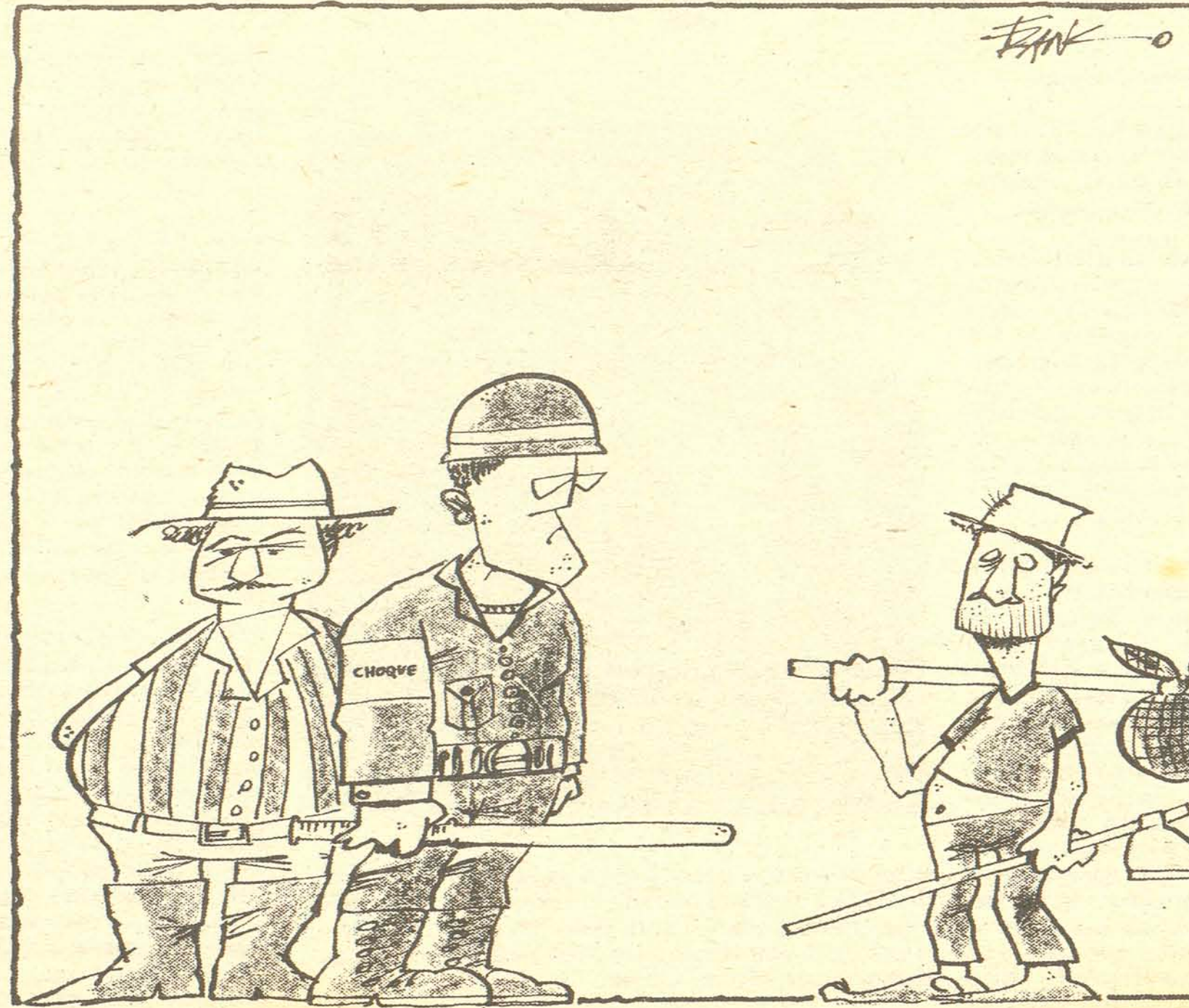
Nos anos setenta a mesma fórmula da “nova” política agrícola foi utilizada na defesa da “Revolução Verde” como a grande saída para os problemas do campo. Naquela oportunidade, a agricultura se “modernizou” adotando um padrão tecnológico baseado no uso intensivo de insumos químicos, mecanização e crescente processamento de matéria-prima agrícola. Reformou-se a estrutura agrária a partir desta estreita articulação com a agroindústria então emergente. Mas, a desigualdade, resultante do problema da terra não se resolveu. Ao contrário, aprofundou-se o processo de expropriação e expulsão daqueles que não tinham condições de se enquadrarem no padrão regido pela indústria.

Os conflitos de terra multiplicaram-se durante todos esses anos. E as políticas que vêm sendo implementadas mantêm separadas as questões agrícolas e agrárias. Isto serve apenas para encobrir o fato de que a questão agrária no Brasil, com seus conflitos e marginalização de um imenso contingente de trabalhadores, é produto de uma política agrícola que sempre favoreceu os interesses dominantes. No atual pacote agrícola, mais uma vez, não

Sem reforma
agrária pode
haver guerra
no campo

existe uma linha sequer relacionada ao problema de disputa pela terra. Paralelamente o ministro Cabreria expõe as ideias do Governo sobre a Reforma Agrária: acena com uma reforma agrária privada, via cooperativas, sem definir como se daria este processo. Refere-se a uma meta de assentamento de 500 mil famílias, até 1994, das quais 50 mil seriam assentadas ainda este ano. Porém, pelo que foi feito até aqui, nada indica que esta meta será cumprida, visto que o Governo tem se limitado à revisão de processos de desapropriação do Governo Sarney.

Tudo leva a crer que o conflito no campo poderá se ampliar ainda mais. Os meses de julho e agosto, com violentos episódios no Estado de Tocantins, na Região do Bico do Papagaio (com o assassinato de uma liderança sindical e o espancamento de agentes pastorais) e a repressão à manifestação do movimento dos Sem-Terra em Porto Alegre (com a morte de um policial militar), foram apenas uma mostra do que ainda poderá acontecer diante da inépcia do Governo.



TRIBUNA

livre

Por quem os ventos sopram?

Mauro Guimarães Passos
Presidente do Sinergia

Cada vez que muda a diretoria de uma empresa, ventos mais ou menos fortes sopram sobre os empregados, a parte perene da empresa, querendo empurrá-los para um lado ou para outro. No caso específico, da Eletrosul, cuja diretoria assumiu irrestritamente a política Collor, os ventos vêm no sentido de empurrar os empregados para fora da Empresa, com demissões e sucateamento. Na Celesc novos ventos se anunciam, devendo ter a mesma inspiração do Planalto.

A diretoria da Celesc sempre fez de conta que se diferenciava da política collorista, mas na prática norteia as suas propostas aos empregados por Medidas Provisórias, bem afinada com a orientação governista. Agora, com a aproximação da mudança do governo, os ventos começam a balançar os primeiros galhos, iniciando uma onda de desconfianças e temores, mas que ninguém tenha dúvida que uma política semelhante à aplicada hoje na Eletrosul está sendo preparada para a Celesc.

Enquanto as cúpulas vão e vêm no seu fisiológico perdeganha, os empregados que cotidianamente constroem as empresas é que acabam perdendo e sofrendo as tensões das disputas. A única vacina contra este mal é a mobilização constante, a atenção dos empregados para dizer para quem quer que seja quem é a empresa. Seja qual for a política ou a diretoria, os direitos dos empregados têm que vingar, sob o vento que for.

É bom que se pergunte por quem os ventos sopram, pois eles não sopram por você.

Carta aos eletricitários

Antônio Augusto C. Borges
Ex-presidente do Sengen - SC

Na oportunidade que deixo a presidência do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina, e me desligo da ELETROSUL, gostaria de fazer aos Companheiros Eletricitários que compõem as Intersindicais da ELETROSUL e da CELESC não uma despedida mas um agradecimento pela oportunidade que tive de viver com eles momentos tão significativos de minha vida.

Nesse período convivi com o crescimento político e social de toda a categoria dos Eletricitários, não só em Santa Catarina, mas no país todo.

De uma categoria sem vontade e sem determinação, pela atuação firme e decidida dos companheiros das Intersindicais temos hoje uma categoria forte e unida.

Uma categoria que tenho certeza vencerá a prepotência e arrogância que hoje caracterizam as Administrações de suas Empresas.

Aos Eletricitários, por sua politização e unidade, é tarefa levar à coletividade a realidade das políticas equivocadas determinadas pelo Governo e que provocam sérios danos ao patrimônio dessa coletividade, arrocho salarial, intransigência e o que é pior, o retorno às práticas utilizadas pela Ditadura.

A todos os companheiros das Intersindicais o nosso incentivo para que continuem trabalhando unidos, pois assim concretizarão as expectativas e as necessidades da categoria.

Deixo de ser um Eletricitário, mas em absoluto poderei me desligar da categoria pois os laços afetivos e políticos consolidados me acompanham por toda a vida.

A Tribuna Livre é um espaço aberto. As matérias, devem ser remetidas para a redação, assinadas, datilografadas, e nunca com mais de 40 linhas de 70 toques. A publicação ficará a critério dos editores.



Imprensa tropeça nas enxurradas

A grande imprensa não consegue esconder seus valores e preconceitos por muito tempo. Eles vieram à tona na cobertura da tragédia dos bairros Progresso (que só progride no nome) e Garcia em Blumenau. Abaixo de uma foto que mostra um menino morto carregado por bombeiros uma legenda reveladora apareceu no Diário Catarinense do dia 15: “A enxurrada aconteceu nos bairros Garcia e Progresso, onde moram só operários: nenhum turista da Oktoberfest foi atingido e a festa continua”. O que é mais importante: a festa, os turistas ou os operários novamente atingidos pelas águas? Mas não foi só o DC que se comportou desta maneira, praticamente todos os jornais e emissoras “exageraram” na preocupação com a festa.

Chico Mendes é nome de parque

Foi inaugurada ontem a placa denominativa do “Parque Chico Mendes”, localizado no bairro Agronômica em Florianópolis, na avenida Beira Mar. A homenagem ao ecologista faz parte da programação do “Tribunal Chico Mendes”, organizado pelos estudantes de Direito da UFSC para discutir a situação agrária no país e os direitos humanos. A iniciativa de dar o nome do seringueiro ao novo parque foi do vereador Vitor Schmidt.

Plano Bresser é alvo de recurso

Uma decisão do Tribunal Superior do Trabalho favorável aos empregados da Eletrosul em Xanx-

rê, relativa às perdas do Plano Bresser, abriu um verdadeiro burburinho na Empresa. Muita gente querendo saber como está a situação. A ação movida pelo sindicato de Florianópolis está na seguinte situação: houve decisão favorável aos empregados na Junta de Conciliação e Julgamento e no Tribunal Regional do Trabalho, mas no dia 10 de agosto a Eletrosul entrou com novo recurso, remetendo o processo ao TST. Quer dizer que isso vai levar ainda algum tempo...

TRT de acordo com a gratificação

Os celesquianos estão ganhando na Justiça as ações relativas à gratificação de férias, que a Empresa “confunde com o abono constitucional de férias para sonegar o pri-

meiro”. A nível de Junta de Conciliação e Julgamento já houve diversas decisões favoráveis e, recentemente, houve manifestação do Tribunal Regional do Trabalho também favorável aos empregados. A gratificação de férias deve ser paga no mês de admissão do trabalhador e o abono constitucional no gozo das férias.

Perícia na nova sede da Celesc

Está sendo feita uma perícia de segurança e medicina do trabalho na nova sede da Celesc. A iniciativa foi do Sinergia que contratou um médico especialista para executar o trabalho. Junto com o perito estão trabalhando profissionais de segurança da Empresa e um diretor do Sinergia. Em breve divulgaremos um relatório de irregularidades que já foram levantadas.

LINHA aberta

PROGRAMA

Batismo de Capoeira movimenta Floripa

Uma promoção característica de cultura popular está movimentando Florianópolis esta semana. É o 3º **Batismo de Capoeira** promovido pelo grupo Palmares do Sul.

O Batismo de Capoeira ocorre quando um novo praticante joga pela primeira vez com um Mestre que não seja o seu; este Mestre lhe aplica uma queda, um abraço ou um aperto de mão, reconhecendo, neste momento, o novo praticante como um capoeira. O jovem capoeira recebe um apelido e por ele será conhecido na vida de capoeiragem.

A promoção, no entanto, não se reduz às rasteiras, quedas e abraços. Desde o dia 17 ocorrem debates sobre diversos temas relativos à Capoeira, cultura negra e manifestações populares. Para debater foram convidados nomes da importância como o escritor Roberto Freire, além de professores universitários de Capoeira de todo o país.

Mas para o público a grande atração é o Batismo propriamente dito, que será dia 20, a partir das 9h30min no aterro da Baía Sul. Lá, além de muita capoeira vai ter boi-de-mamão, cacumbi, danças afro, maculelê e até pagode. Os debates terão lugar no Centro de Convivência da UFSC.

OKTOBERFEST

Cultura de massa e muita diversão

Luiz Césare Vieira
Empregado da Celesc

No último Linha Viva, houve um grave problema de edição na matéria intitulada "Oktoberfest e cultura de massa". Foi excluída uma importante parte do texto produzido. Só para relembrar, Vieira concluía a parte publicada afirmando que a "festa teria um papel de válvula de escape com o objetivo de exaurir a potencialidade revolucionária das massas." Agora eis a parte final da matéria.

No entanto o ponto de vista em relação ao divertimento em si mesmo, considerado apenas como consumismo e alienação, é apenas pretensamente de esquerda. Na verdade é dogmático e preconceituoso. É uma tese puritana da direita que inibe o prazer em benefício da produtividade do trabalho. Este último é considerado o ídolo e não um instrumento para suprir as necessidades humanas. O divertimento, neste caso, devidamente controlado, é apenas um elemento reforçador do trabalho, na medida em que recompõe as forças do trabalhador, permitindo a continuidade de sua exploração.

Em nenhum tipo de sociedade, por mais livre e desalienada que possa ser, a atividade do trabalho terá a capacidade de suprir todas as carências humanas. O divertimento e a distração tal como a arte, possuem significações próprias e insubstituíveis, decorrentes da ausência de plenitude do homem. Assim como é impossível dissolver a arte na vida, o divertimento sempre terá um espaço privilegiado no cotidiano das pessoas.

LITERATURA

Nobel para Paz

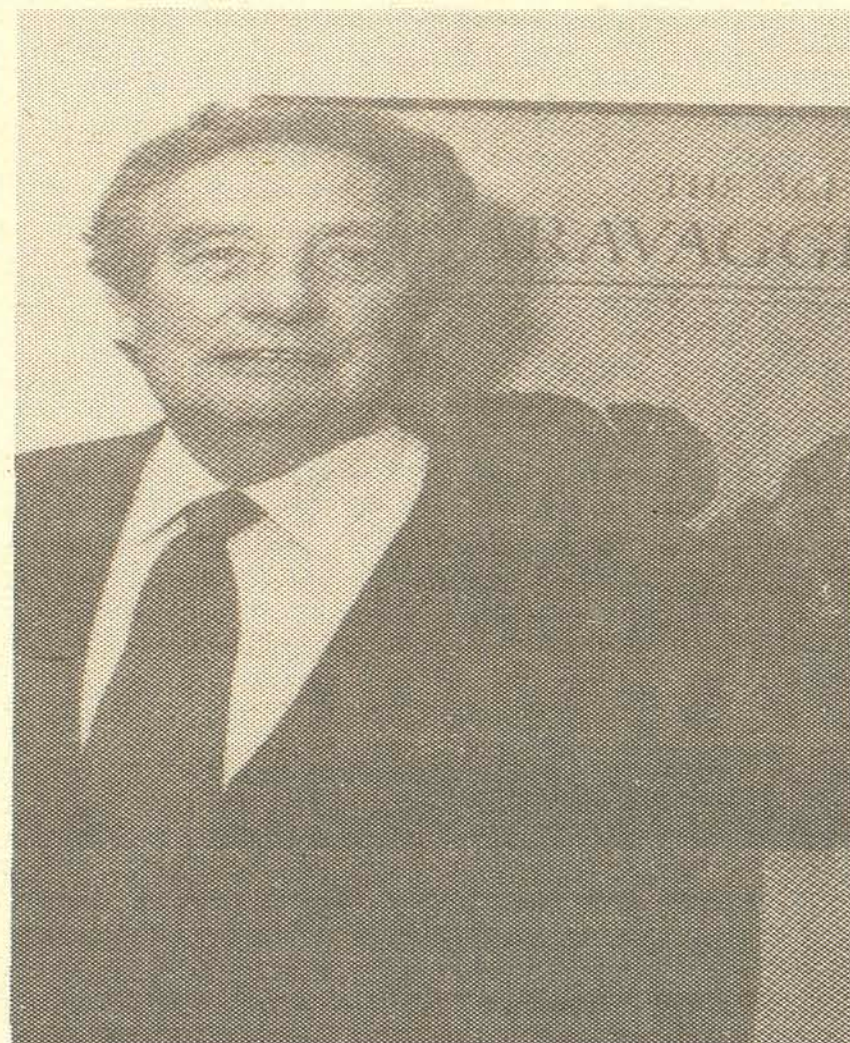
Nilo Kawai Jr.
Assessor jurídico da Intersindical

O Prêmio Nobel de Literatura de 1990 foi concedido para Octavio Paz. Prêmio merecido para esse mexicano de 76 anos, ensaísta, editor, tradutor e, sobretudo poeta.

Dono de uma personalidade multifacetária, que incursionou com desenvoltura em todos os campos da arte, da linguística e da política, fez questão de dizer que foi o poeta que está sendo homenageado com o prêmio. Mais uma vez, deu prova de sua fidelidade à poesia: "Desde minha adolescência escrevi poemas e jamais deixei de escrevê-los. Quis ser poeta e nada mais. Em meus livros de prosa, propus-me servir à poesia, justificá-la e defendê-la".

Com o prêmio, não só os poetas festejam. Festejam também a literatura latino-americana e a poesia brasileira. A relação de Octavio Paz com o Brasil vai além das coincidências de sua vida com a de João Cabral, ambos ex-embaixadores, poetas que se dedicam não só a fazer poesia, como também a pensar o fazer poesia. Paz manteve um intenso relacionamento com Décio Pignatari e os irmãos Campos, reconhecendo que "no Brasil sim há uma autêntica e rigorosa vanguarda: os poetas concretos". Não se pode negar por isso a influência desses poetas na obra de Octavio Paz. Ninguém, ainda mais se dotado de uma intensa sensibilidade poética, sai imune do contato com a pedra filosofal que foi a poesia concreta. Vide o maior poema de Paz, Transblanco, transcriado, aliás, para o português por um dos irmãos Campos.

A amplitude do pensamento poético de Octavio Paz, porém, sempre o impediu que seus olhos estivessem voltados para ape-



nas uma direção. Com a mesma viva curiosidade com que se relacionou com os poetas concretos, conviveu com os surrealistas, tornando-se amigo de Andre Breton, e dialogou com John Cage.

Octavio Paz debruçou-se sobre a poesia japonesa, mais especificamente sobre o haicai. Um dos melhores escritos em língua ocidental sobre esse tipo de poema foi escrito por Paz, que conseguiu captar, e transmitir, a intensa simplicidade do haicai, num texto iluminante. Aqueles que,

para entender o haicai e o zen (ou vice-versa, tanto faz), não quiserem praticar artes marciais, seguindo o conselho mandro-samurai de Paulo Leminski, recomenda-se a leitura desse ensaio sobre o haicai.

Antena da raça, já como começo dos anos sessenta preocupava-se com o agora tão em voga discurso da modernidade. E não perdoou. "Muitos povos e civilizações se chamaram a si mesmos com o nome de um deus, uma virtude, um destino, uma fraternidade: Islã, judeus, japoneses, arianos, etc. Cada um desses nomes é uma espécie de pedra de fundação, um pacto com a permanência. Nosso tempo é o único que escolheu como nome um adjetivo vazio: moderno. Como os tempos modernos estão condenados a deixar de sê-lo, chamar-se assim equivale a não ter nome próprio".

O Poeta, entretanto, nem sempre é o Político. Ezra Pound defendia o fascismo e Lenin dizia que poesia lhe dava sono. E desta impossibilidade de alcançar a totalidade não escapa Octavio Paz. Seu pensamento político já não atrai a unanimidade que seus ensaios literários provocam. Hoje, se classifica como um "liberal democrático". Mas, mesmo convertido a crítico do marxismo, tarefa que considera "nada mais difícil", poeta, continua apaixonado pela filosofia do marxismo, porque "de um lado, essa filosofia é parte de nós mesmos e, de certa maneira, a carregamos em nosso sangue. Por outro, renegar sua referência moral seria renegar ao mesmo tempo da porção mais lúcida e generosa do pensamento atual. Certo, o marxismo é apenas um ponto de vista — mas é o nosso ponto de vista. É irrenunciável porque não temos outro."

Viva Paz.

Definido o logotipo do Sinergia

Depois de mais de duas horas de reunião a comissão julgadora do Concurso Logotipo do Sinergia conseguiu chegar a uma definição. Só que por enquanto apenas o nome do vencedor vai ser divulgado, o logotipo só vai ser conhecido na festa que acontece sexta-feira, dia 19, às 20 horas na Abecelesc (Felipe Schmidt, edifício Center Plaza, 2º andar, ao lado do Senadinho).

O trabalho de Paulo Roberto Santos de Souza, empregado da Eletro-

sul, foi escolhido na tarde de sexta-feira, dia 12, entre 36 trabalhos inscritos. Os julgadores foram Maria José Coelho, jornalista e produtora gráfica, Luiz Antônio Zenni, arquiteto, e dois observadores da diretoria do Sinergia, Soraya Nör e Sandra Ouriques.

Para Maria José, a Zezé, que trás no seu currículo a criação do logotipo do **Linha Viva** e do **Urbaninho**, o número de trabalhos inscri-

tos surpreendeu. "O que dificultou um pouco o julgamento é que os participantes se ativeram mais à idéia de empresas ligadas à energia do que à organização sindical propriamente dita. Precisávamos mais de algo que falasse de união, do espírito sindical, e não apenas a vinculação do nome sinergia à eletricidade", comentou a julgadora. Ela destaca ainda que foram apresentadas muitas idéias boas carente de mais trabalho e desenvolvimento.

Os logotipos concorrentes serão expostos na festa de premiação, que aliás terá música ao vivo e atrações culturais.

Na avaliação dos organizadores do concurso houve sucesso na iniciativa. "Não participaram só eletricitários, mas também as suas famílias, e isso é muito importante", comenta Dinovaldo Gilioli, Diretor de Cultura do Sinergia. Para ele "o melhor é que a gente abriu um espaço para que as pessoas se expressassem, independente da qualidade técnica do trabalho". Dinovaldo já anuncia para breve novos "canais de expressão", como um concurso literário.



Comissão Julgadora teve muitas dúvidas